



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas



Centro de Ética, Política e Sociedade

Ethos e Polis

DIREITOS HUMANOS: UMA CRIAÇÃO RECENTE

JOÃO CARDOSO ROSAS*

A linguagem dos direitos humanos é uma das mais preponderantes no nosso tempo. Claro que não podemos dizer que esses direitos são devidamente respeitados - muito pelo contrário. Mas é verdade que quase toda a gente, até os maiores violadores desses direitos, sentem por vezes a necessidade de recorrer a uma retórica de direitos humanos. Isso significa que o discurso se tornou dominante e que aqueles que não o aceitam, por princípio ou por conveniência, tendem a refugiar-se numa autojustificação hipócrita. Como diziam os moralistas do século XVII, “a hipocrisia é o tributo que o vício paga à virtude”.

Mas de quando data esta prevalência discursiva dos direitos humanos? Consideramos que ela é muito mais recente do que geralmente se pensa.

Há quem considere que os direitos humanos têm a sua origem na Antiguidade ou, pelo menos, no pensamento cristão medieval. No nosso entender, tal ideia é excessivamente especulativa. A ideia de direitos subjetivos de todos os seres humanos, independentemente da sua pertença cívica ou da sua condição social, é alheia ao pensamento Antigo, mas também à visão Medieval de uma sociedade estratificada e com pouca ou nenhuma mobilidade social.

A ideia de direitos naturais subjetivos, pelo menos em teoria atribuíveis a todos os homens, é uma inovação moderna. Ela surge com nitidez a partir do século XVII, entre os pensadores jusnaturalistas e contratualistas. Estes filósofos consideravam que os homens nasciam com direitos naturais imprescritíveis e inalienáveis, como os direitos à vida, segurança, liberdade ou propriedade. Consideravam que os governos só seriam legítimos na medida em que respeitassem estes direitos naturais. Desta forma procuravam demarcar-se do Absolutismo então prevalente na Europa, geralmente baseado na doutrina do direito



divino dos monarcas.

Quando, pela primeira vez na história, surgem as Declarações de Direitos americanas e francesas – sobretudo no período entre a independência americana, em 1776, e a revolução francesa, em 1789 – são os direitos naturais que aparecem como “direitos do homem”, devidamente complementados pelos direitos do cidadão instituídos pelo poder soberano derivado do contrato social.

Porém, consideramos também um erro confundir estes direitos naturais subjetivos, teorizados no século XVII e declarados no final do século XVIII, com aquilo a que chamamos hoje direitos humanos. Estes últimos não são direitos naturais, nem direitos do cidadão de uma qualquer comunidade política, mas antes direitos individuais positivados na ordem internacional. A sua lista é muito mais extensa do que a dos direitos naturais. Alguns dos direitos humanos positivados internacionalmente devem ser respeitados através de uma ordem internacional que os favoreça

(por exemplo o direito de asilo), mas muitos outros só podem ser realizados na ordem interna dos Estados, como direitos fundamentais (e.g. o direito ao recurso a tribunais nacionais competentes, o direito à educação, etc.).

A origem daquilo a que chamamos hoje direitos humanos é a Declaração Universal redigida no quadro da Organização das Nações Unidas entre 1947 e 1948 e aprovada pela Assembleia Geral da organização, reunida para esse efeito em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948. Isso pode levar alguns a pensar que a ideia de direitos humanos se tornou prevalente desde 1948. Mas também não é bem assim.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e dos Pactos Internacionais sobre Direitos Cívicos e Políticos e Direitos Sociais, Económicos e Culturais, aprovados para ratificação em 1966, a verdade é que as décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século XX não foram especialmente boas para a popularidade dos direitos humanos. Recor-

de-se que, em termos geopolíticos, esses foram os anos da Guerra Fria e do conflito militar (indireto), político e económico, mas também ideológico, entre os Estados Unidos e a URSS, ou entre o bloco capitalista e o bloco soviético. A retórica então prevalente era a desses blocos, isto é, a defesa do mercado e do “mundo livre”, contra a defesa da socialização dos meios de produção e da sociedade socialista. O discurso dos direitos humanos universais e indivisíveis era ainda marginal.

Foi precisamente durante a década de oitenta, com o final da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o esmorecimento do conflito ideológico que a situação se alterou. Face à crise das ideologias até então dominantes, os direitos humanos passaram a ser um discurso onnipresente, a nossa principal reserva de normatividade ético-política a alimentar, ainda hoje, a esperança racional num mundo melhor..

***Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho**

Rubrica em colaboração com o Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho, que tem por principal objetivo criar diálogo com a comunidade. Poderá colocar qualquer questão nos domínios da teoria política e da ética aos seus investigadores através de ceps@ilch.uminho.pt.